

**RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Aprovação das demonstrações contábeis e destinações dos resultados de exercícios anteriores

As demonstrações contábeis da **Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial** referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, bem como as destinações do resultado daqueles exercícios, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76). As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e comparativa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações contábeis bem como as destinações do resultado daquele exercício foram aprovadas pelos acionistas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a **Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial**, protocolaram em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, os planos de recuperação judicial tiveram os seus planos aprovados em Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria com abstenção de opinião em 23 de setembro de 2020 quanto as incertezas relacionadas à ausência de aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial e incertezas de continuidade operacional. Com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, nosso entendimento foi que estas incertezas foram superadas para esse exercício.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</u>	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.743	864	Fornecedores	7	8.470	720
Aplicações financeiras	3	24.232	3.671	Tributos a recolher	8	511	3.763
Contas a receber de clientes	4	4.070	8	Partes relacionadas	9	514	150
Tributos a recuperar	5	5.763	4.513	Provisão para contrato oneroso	10	17.854	33.069
Outros créditos	6	467	61	Total do passivo circulante		<u>27.349</u>	<u>37.702</u>
Total do ativo circulante		<u>48.275</u>	<u>9.117</u>				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	9	874	996	Fornecedores	7	548	-
Outros créditos	6	-	5.605	Tributos a recolher	8	3.531	1.133
Total do ativo não circulante		<u>874</u>	<u>6.601</u>	Partes relacionadas	9	187.000	152.629
				Provisão para contrato oneroso	10	481	-
				Total do passivo não circulante		<u>191.560</u>	<u>153.762</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	11		
				Capital social		528.345	528.345
				Prejuízos acumulados		(698.105)	(704.091)
				Total do patrimônio líquido negativo		<u>(169.760)</u>	<u>(175.746)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>49.149</u></u>	<u><u>15.718</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		<u><u>49.149</u></u>	<u><u>15.718</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	12	23.369	55.378
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Custo com compra de energia		(32.439)	(48.581)
Custo de operação		(9)	(230)
Total	13	(32.448)	(48.811)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(9.079)	6.567
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(2.158)	(3.299)
Outras despesas		14.961	(90.233)
Total	13	12.803	(93.532)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		3.724	(86.965)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		220	21.742
Despesas financeiras		2.046	(85.402)
Total	14	2.266	(63.660)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		5.990	(150.625)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(4)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		5.986	(150.625)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (expressos em reais R\$)		0,01	(1,10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	5.986	(150.625)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>5.986</u>	<u>(150.625)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		4.306	(553.466)	(549.160)
Aumento de capital	11.2	524.039	-	524.039
Prejuízo do exercício		-	(150.625)	(150.625)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>528.345</u>	<u>(704.091)</u>	<u>(175.746)</u>
Lucro líquido do exercício		-	5.986	5.986
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	11	<u><u>528.345</u></u>	<u><u>(698.105)</u></u>	<u><u>(169.760)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		5.986	(150.625)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais			
Reversão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins	5	(285)	(1.753)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	9	(2.068)	58.602
Indenizações contratuais	9	-	102.512
Reversão da provisão para contrato oneroso	10	(14.734)	(10.398)
Juros sobre aplicações financeiras		(184)	(310)
Juros sobre fornecedores e tributos a recolher		63	683
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(4.062)	2.742
Tributos a recuperar		(965)	1.157
Adiantamentos a fornecedores		-	1.585
Outros créditos		5.199	798
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		8.296	(312)
Tributos a recolher		(915)	3.543
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(3.669)</u>	<u>8.224</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(20.377)	6.202
Partes relacionadas	9	<u>(1.083)</u>	<u>(62.664)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(21.460)</u>	<u>(56.462)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas		<u>38.008</u>	<u>41.184</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>38.008</u>	<u>41.184</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>12.879</u></u>	<u><u>(7.054)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	864	7.918
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	13.743	864
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>12.879</u></u>	<u><u>(7.054)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Renova Comercializadora de Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Comercializadora” ou “Companhia”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, foi constituída em 8 de novembro de 2012, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.

A Companhia é controlada pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

1.1 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Inicialmente, a controladora Renova Energia apresentou um único plano consolidando todas as empresas recuperandas. No decorrer das negociações esse plano foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, incluindo a Companhia, com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

Em 18 de dezembro de 2020 o Grupo Renova protocolou novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Para a recuperação da saúde financeira do Grupo Renova, os planos preveem:

- a) a captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Ação iniciada em 17 de dezembro de 2020 com a formalização da contratação do DIP pela parte relacionada Chiplely SP Participações S.A. – em recuperação judicial (“Chiplely”) e coobrigações da controladora Renova Energia e da parte relacionada Renova Participações S.A. - em recuperação judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, cujo recurso foi recebido em 05 de março de 2021 (nota 18.1);

- b) alienação de ativos para adequar a estrutura de capital do Grupo Renova. Os planos preveem a alienação de a) 51% das ações representativas do capital social da Brasil PCH detidas pela parte relacionada Chipley (“UPI Brasil PCH”), b) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada SF 120 Participações Societárias S.A. (“UPI Mina de Ouro”), c) 100% ações representativas do capital social da parte relacionada Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“UPI Enerbras”), d) UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B (nota 18.2) e e) outros projetos em desenvolvimento;
- c) negociação dos passivos para alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos; e
- d) conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A, gerando empregos, energia e assegurando a continuidade da Companhia.

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados na classe III conforme apresentado a seguir:

Classe	Saldo aprovado no plano de recuperação judicial	Juros	Saldo em 31/12/2020
Classe III - credores quirografários	556	2	558

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

1.2 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou lucro de R\$5.986 (2019, R\$150.625 (prejuízo)), possui prejuízos acumulados de R\$698.105 (2019, R\$704.091), patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$169.760 (2019, R\$175.746), e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os seus compromissos.

Este cenário reflete os efeitos do plano de recuperação judicial, que permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo da Companhia, com a repactuação das taxas de juros e alongando os prazos para quitação da dívida. Ainda em linha com plano i) em 05 de março de 2021 o Grupo Renova recebeu o montante de R\$362.465 referente ao empréstimo DIP assinado em 17 de dezembro de 2020 (Nota 18.1), ii) com recursos em caixa, o Grupo Renova deu andamento a contratação dos fornecedores para retomada da obra dos parques do Alto Sertão III, iii) em 06 de abril de 2021, o Grupo Renova concluiu a venda das ações da UPI Fase B, no montante de R\$ 50.730, reforçando o caixa para cumprimento do plano (Nota 18.2), iv) foram contratados assessores para conduzir o processo de vendas dos ativos mencionados na Nota 1.1 junto a potenciais interessados, e v) redução do passivo do Grupo Renova mediante a capitalização de créditos com terceiros, no montante de R\$332.416 (Nota 18.4).

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira do Grupo Renova, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

No início da pandemia houve impacto negativo em diversos setores da economia global, e consequentemente, a demanda por energia. Porém no último trimestre de 2020 houve uma retomada da economia e do consumo da energia. Em dezembro 2020, o Brasil registrou um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2019.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia, em conjunto com a sua controladora, não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora, implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foi aprovada pela diretoria, em 11 de junho de 2021, para que seja submetida à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

A seguir demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 3);
- Aplicações financeiras (nota 3); e
- Transações com partes relacionadas (nota 9).

b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 4).

c) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedor (nota 7); e
- Transações com partes relacionadas (nota 9).

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

2.3.2. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.3. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo das contraprestações recebidas ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.4. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

a) Em vigor a partir de janeiro de 2020:

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, estão listadas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Classificação do Passivo em Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1).

3. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Bancos conta movimento	60	864
Aplicações financeiras de liquidez imediata	13.683	-
Aplicações financeiras	<u>24.232</u>	<u>3.671</u>
Total	<u><u>37.975</u></u>	<u><u>4.535</u></u>

Apresentados como:

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa	13.743	864
Aplicações financeiras	<u>24.232</u>	<u>3.671</u>
Total	<u><u>37.975</u></u>	<u><u>4.535</u></u>

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa de operações compromissadas, remunerados a taxas que variam de 99% até 100% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Comercialização Mercado livre	4.070	8

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber aumentou em função da reativação dos contratos de compra e venda de energia, suspensos desde dezembro de 2018 (vide nota 9).

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRRF a compensar	-	4.513
COFINS a recuperar	984	-
PIS a recuperar	214	-
Saldo negativo de IRPJ a compensar	4.563	-
Outros impostos a compensar	<u>2</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>5.763</u></u>	<u><u>4.513</u></u>

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo negativo de IRPJ a compensar decorre principalmente dos valores retidos sobre os rendimentos das operações de mútuo entre as companhias do Grupo Renova.

Os créditos de PIS e COFINS a recuperar são decorrentes das operações de compra e venda de energia.

6. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Alto Sertão II	406	5.605
Outros	<u>61</u>	<u>61</u>
	<u><u>467</u></u>	<u><u>5.666</u></u>
Circulante	467	61
Não circulante	<u>-</u>	<u>5.605</u>
Total	<u><u>467</u></u>	<u><u>5.666</u></u>

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de R\$406 (2019, R\$5.605) refere-se a valores a receber das empresas do Alto Sertão II no âmbito do contrato de compra e venda de energia elétrica firmado entre as partes.

7. FORNECEDORES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores	8.460	720
Fornecedores recuperação judicial	<u>558</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>9.018</u></u>	<u><u>720</u></u>
Apresentados como:		
Circulante	8.470	720
Não circulante	<u>548</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>9.018</u></u>	<u><u>720</u></u>

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de fornecedores inclui, principalmente, valores referentes a compra de energia no mercado livre, bem como o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.1.

O saldo de fornecedores foi segregado de acordo com o plano de recuperação judicial aprovado.

8. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Tributos sobre operações de mútuo	-	3.442
Tributos retidos de terceiros	-	2
Tributos em parcelamento	<u>4.042</u>	<u>1.452</u>
TOTAL	<u><u>4.042</u></u>	<u><u>4.896</u></u>
Apresentados como:		
Circulante	511	3.763
Não circulante	<u>3.531</u>	<u>1.133</u>
	<u><u>4.042</u></u>	<u><u>4.896</u></u>

Em dezembro de 2020, a Companhia incluiu os saldos a pagar de COFINS, IRRF e IOF sobre mútuo existentes até aquela data, no programa de parcelamento junto a PGFN, por meio de da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações, e com redução de até 50% de multa, juros e encargos. O montante de débitos parcelados pela Companhia segue apresentado na linha de "Tributos em parcelamento" no quadro acima.

9. PARTES RELACIONADAS

9.1. Mútuo e rateio:

	Ativo		Passivo		Resultado			
					Despesa		Resultado Financeiro	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Mútuo</u> ^(a)								
Renova Energia	874	885	(36.889)	(898)	-	-	(118)	22.247
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	-	-	(608)	(614)	-	-	8	(38)
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	(14.866)	(15.021)	-	-	211	(1.002)
Chiplely	-	111	(134.637)	(136.096)	-	-	1.967	(9.342)
	<u>874</u>	<u>996</u>	<u>(187.000)</u>	<u>(152.629)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.068</u>	<u>11.865</u>
<u>Rateios de despesa</u> ^(b)	-	-	(514)	(150)	(1.560)	(2.903)	-	-
Total	<u>874</u>	<u>996</u>	<u>(187.514)</u>	<u>(152.779)</u>	<u>(1.560)</u>	<u>(2.903)</u>	<u>2.068</u>	<u>11.865</u>

9.2 Operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia:

	Ativo	Receita		Custo	Despesa	Resultado financeiro
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
CEMIG Geração e Transmissão S.A.						
Contas a receber de clientes (venda de energia) ^(c)	5	7.070	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	(4.447)	-	-
TARD ^(f)	-	-	-	-	(62.575)	(47.537)
Total	5	7.070	-	(4.447)	(62.575)	(47.537)
LIGHT COM Comercializadora de Energia						
Contas a receber de clientes (venda de energia) ^(c)	-	-	18.147	-	-	-
Fornecedores (compra de energia)	-	-	-	(2.278)	-	-
Adiantamentos para compra de energia ^(e)	-	-	-	-	-	(6.123)
TARD ^(f)	-	-	-	-	(39.937)	(16.807)
Total	-	-	18.147	(2.278)	(39.937)	(22.930)
CLIME Trading Comercializadora de Energia Ltda.						
Contas a receber de clientes (venda de energia)	-	-	18.478	-	-	-
Fornecedores (compra de energia)	-	-	-	(16.944)	-	-
Total	-	-	18.478	(16.944)	-	-
	5	7.070	36.625	(23.669)	(102.512)	(70.467)

Apresentados como:

Circulante

Ativo

Contas a receber de clientes (Nota 4)

5

9.3 Resumo das operações

As principais condições das operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Mútuos

Ativos: correspondem a mútuos realizados para a controladora Renova Energia com o objetivo de suprir a sua necessidade de caixa.

Passivos: correspondem a mútuos realizados com as partes relacionadas apresentadas no quadro com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia.

Esses contratos de mútuos estão sujeitos a correção pela TR (TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a., até março de 2020) e sem garantias reais.

b) Rateio de despesa

Refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

c) Operação de compra e venda de energia, no âmbito dos contratos firmados entre as partes, conforme segue:

c.1 Contrato Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a CEMIG GT até agosto de 2035.

(i) Em 21 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da controladora Renova Energia aprovou a proposta realizada pela CEMIG GT para a suspensão das obrigações previstas no contrato até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022.

(ii) Em 10 de outubro de 2019 a Companhia e LIGHTCOM assinaram o 4º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica (Light I) para dentre outros assuntos: i) suspender o fornecimento da energia elétrica contratada para o período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de julho de 2020; ii) alterar os volumes de energia elétrica contratada a serem disponibilizados durante o período de suprimento; e iii) alterar o preço da energia elétrica contratada.

d) TARDs – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados com partes relacionadas, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos. Em setembro de 2019, a controladora Renova Energia assumiu a totalidade do valor devido pela Companhia.

9.4 Movimentação

Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>377.716</u>	<u>762.768</u>
Adição	105.393	311.337
Amortização	(504.407)	(1.002.222)
Encargos financeiros provisionados	22.294	80.896
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>996</u>	<u>152.779</u>
Adição	1.364	124.973
Amortização	(281)	(86.965)
Amortização do mútuo com rateio de despesa	(1.196)	(1.196)
Encargos financeiros provisionados	(14)	(2.077)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>874</u>	<u>187.514</u>

REMUNERAÇÃO DE PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na controladora Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (b) acima.

10. PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Em função do atraso da entrada em operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a Companhia mantém a obrigação dos contratos de compra e venda de energia com a CEMIG e a Light, cujos vencimentos estão previstos para agosto de 2035. Ambos os contratos estão inclusos no Plano de Recuperação Judicial. Considerando que os preços estabelecidos nesses contratos estavam inferiores aos preços da energia que estava sendo comprada para atendê-los, a Companhia identificou esses contratos como onerosos.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da provisão considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI é de R\$18.335, (R\$33.069, em 31 de dezembro de 2019).

Em razão da revisão dos efeitos das operações destes contratos face aos preços de compra de energia atualmente praticados no mercado, a Companhia reverteu o montante de R\$14.734 ao longo de 2020.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$528.345 e está representado por 528.344.873 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

11.2. Aumento de capital

Em 30 de setembro de 2019 a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) aprovou aumento de capital no montante de R\$524.039, mediante a emissão de 524.038.918 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de créditos detidos pela Renova Energia contra a Companhia.

11.3 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	5.986	(150.625)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>528.345</u>	<u>136.392</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$)	<u><u>0,01</u></u>	<u><u>(1,10)</u></u>

12. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Comercialização		
Operações - comercialização de energia elétrica	25.751	61.023
(-) Impostos s/receita (PIS/COFINS)	(2.382)	(5.645)
Total	<u><u>23.369</u></u>	<u><u>55.378</u></u>

13. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	<u>Custo dos serviços</u>	<u>Despesas</u>	<u>Custo dos serviços</u>	<u>Despesas</u>
<u>Compra de energia⁽¹⁾</u>	32.439	-	48.581	-
<u>Custo de operação</u>				
Taxas	9	-	230	-
Total custo	<u>32.448</u>	<u>-</u>	<u>48.811</u>	<u>-</u>
<u>Gerais e administrativas</u>				
Pessoal e administradores	-	1.193	-	2.411
Serviços de terceiros	-	316	-	517
Outras despesas	-	649	-	371
	<u>-</u>	<u>2.158</u>	<u>-</u>	<u>3.299</u>
<u>Outras despesas (receitas), líquidas</u>				
Indenizações contratuais ⁽²⁾	-	-	-	102.512
Reversão provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins ⁽³⁾	-	(285)	-	(1.753)
Reversão provisão para contrato oneroso (nota 10)	-	(14.734)	-	(10.399)
Outras despesas (receitas)	-	58	-	(127)
	<u>-</u>	<u>(14.961)</u>	<u>-</u>	<u>90.233</u>
Total	<u><u>32.448</u></u>	<u><u>(12.803)</u></u>	<u><u>48.811</u></u>	<u><u>93.532</u></u>

(1) Refere-se a aquisição de energia para revenda para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques eólicos em atraso na sua operação comercial.

(2) Ressarcimento em função da suspensão e cessão dos contratos de compra e venda de energia elétrica, reconhecidos no exercício findo em junho de 2019.

(3) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia avaliou os créditos de PIS e COFINS acumulados em suas operações de compra e venda de energia e identificou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor realizável desses créditos no montante de R\$20.961 com contrapartida ao resultado do exercício, considerando a incerteza na sua realização. Em 31 de dezembro de 2020, foi revertido parte dessa provisão, no montante de R\$285 (2019, R\$1.753), os quais foram utilizados para compensar com débitos de pis cofins apurados sobre a receita financeira de juros auferidos nas operações de mútuo.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas financeiras		
Juros recebidos - partes relacionadas (nota 9)	5	22.280
Rendimentos de aplicações financeiras	184	310
Outras receitas financeiras	56	198
(-) Pis/Cofins s/ receita financeira	<u>(11)</u>	<u>(1.060)</u>
	234	21.728
Receitas financeiras PRJ		
Juros recebidos - partes relacionadas (nota 9)	<u>(14)</u>	14
Total das receitas financeiras	<u>220</u>	<u>21.742</u>
Despesas financeiras		
Juros - partes relacionadas (nota 9)	(109)	(78.710)
IOF	(691)	(2.773)
Juros	(71)	(990)
Outras despesas financeiras	<u>(5)</u>	<u>(7)</u>
	(876)	(82.480)
Despesas financeiras PRJ		
Juros - partes relacionadas (nota 9)	2.186	(2.186)
Juros	<u>736</u>	<u>(736)</u>
	<u>2.922</u>	<u>(2.922)</u>
Total das despesas financeiras	<u>2.046</u>	<u>(85.402)</u>
Total do resultado financeiro	<u>2.266</u>	<u>(63.660)</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>Renova Comercializadora</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	5.990	(150.625)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(2.037)	51.213
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>		
Despesas não dedutíveis	(19)	(16.383)
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:		
Provisões temporárias	6.096	3.152
Prejuízo fiscal e base negativa	<u>(4.044)</u>	<u>(37.982)</u>
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(4)</u>	<u>-</u>

A Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(11.899)	(111.713)
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	7	-
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	(511.052)	(399.335)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(522.944)</u>	<u>(511.048)</u>

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas apresentadas abaixo:

	<u>Valor justo</u>		<u>Valor Contábil</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixas	13.743	864	13.743	864
Aplicações financeiras	24.232	3.671	24.232	3.671
Contas a receber	4.070	8	4.070	8
Não circulante				
Partes relacionadas	874	996	874	996
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	8.470	720	8.470	720
Partes relacionadas	514	150	514	150
Não circulante				
Partes relacionadas	187.000	152.629	187.000	152.629

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	13.743	-	864	-
Aplicações financeiras	24.232	-	3.671	-
Contas a receber de clientes	-	4.070	-	8
Não circulante				
Partes relacionadas	874	-	996	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	8.470	-	720
Partes relacionadas	-	514	-	150
Não circulante				
Partes relacionadas	-	187.000	-	152.629

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

17. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2020 e de 2019, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Amortização do mútuo com rateio de despesa	9	(1.196)	(2.830)
Assunção de dívida mediante quitação do mútuo	9	-	(458.848)
Assunção de dívida mediante aumento de capital	9 e 11	-	524.039
Reclassificação entre outras contas a pagar e partes relacionadas	9	-	151.136

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

18.1 Recebimento do DIP

Conforme Fato Relevante divulgado pela Controladora Renova Energia, em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante de R\$ 362.465 provenientes do empréstimo DIP (Nota 1.1). O recebimento desse recurso permitirá a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

18.2 Leilão UPI Fase B

Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a controladora Renova Energia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeita a implementação das condições suspensivas usuais de mercado. A operação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, os ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R\$ 50.730, após ajustes pré-fechamentos que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. As partes continuarão, durante os próximos 150 dias, a perseguir a transferência dos direitos remanescentes que podem incrementar a capacidade instalada dos ativos e consequentemente maximizar o valor da operação.

18.3 Pagamento de credores

Em 14 de abril de 2021, a Companhia realizou pagamentos iniciais aos credores da Classe III, de acordo com seu Plano de Recuperação Judicial aprovado no dia 18 de dezembro de 2020, perante o juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, sob o número 1103257- 54.2019.8.26.0100.

18.4 Aumento de capital da controladora Renova Energia

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de março de 2021, no valor de R\$334.397, representado por 58.422.742 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 19.502.468 ações ordinárias e 38.920.274 ações preferenciais.

Todos os créditos dos credores que se manifestaram durante a "1ª Janela do Pedido de Conversão" foram capitalizados no aumento de capital, conforme solicitado pelos credores. Em razão da capitalização desses créditos, a dívida concursal do Grupo Renova foi reduzida em 12,6%, dando prosseguimento à consecução dos meios da recuperação judicial do Grupo Renova.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA